

CAPÍTULO VII OUTRAS EXPLICAÇÕES HOSTIS DA REFORMA

Outras explicações dadas, no intuito de desacreditar o movimento Protestante, são as de que ele foi uma rebelião contra a autoridade legalmente constituída, uma inovação introduzida numa instituição divinamente organizada, uma tempestade de iconoclastia, ou que aquele movimento explodira no interesse do relaxamento moral. É também acusado de haver interrompido uma corrente ordeira de reforma da Igreja e quebrado a unidade da Cristandade Ocidental. Seja onde quer que for que a culpa da eclosão e crescimento da “seita Luterana”, como Adriano VI denominou os aderentes da Reforma, recaia, é preciso reconhecer que estes eram social e intelectualmente tão respeitáveis como os que permaneceram fiéis ao governo do papa. O Protestantismo não foi um movimento de população. As classes cultas da Europa não lhe voltaram as costas. Príncipes, humanistas e clérigos o adotaram. Este é o fato histórico, apesar de Sir Thomas More ter escrito a Cochlaeus que “a Alemanha produziu maior quantidade de monstros, sim, maior quantidade de coisas prodigiosas do que a África poderia fazê-lo, porque – que haveria de mais monstruoso do que os anabatistas?... A idiotice do povo é bastante vasta”.

§ 1. O juízo de Alexandre VI. – O sucessor de Leão X, Adriano VI, 1521-23, levou para o Vaticano um propósito moral e reconheceu que os abusos da Igreja eram em parte responsáveis pela tempestade que se havia desencadeado sobre a Alemanha. Em longa missiva dirigida a seu agente, Chiergatto, o grave pontífice prometeu corrigir determinadas práticas, mas ao mesmo tempo declarou ser a Reforma uma praga, que ameaçava infeccionar toda a Alemanha, advertindo o povo alemão da infâmia que ameaçava aquela nação, “a mais cristã de todas as nações”. Lutero – escreveu ele – estava entregando o povo alemão ao inferno, porque “os erros em matéria de fé acarretam a condenação”; e, sob o disfarce da liberdade evangélica, ele, o povo, se encaminhava para a subversão dos príncipes e para a destruição de toda a ordem social. Adriano exigiu que as autoridades punissem, com suplício destruidor, segundo as sugestões do Direito Canônico, o obstinado. Para ele, como para seu predecessor, a Reforma era de origem demoníaca, sendo um artifício urdido no abismo. O digno pontífice, vítima, ele próprio, de ridículo e reprovação, foi tratado pelos romanos como burro, lobo, harpia, sendo comparado a Nero e Caracala. Os piores pecados e vícios – assim o diz Pastor, apologista de Adriano – foram atribuídos a este – mas não pelos insurretos Protestantes. Quanto às várias acusações levantadas contra a Reforma, deve-se adiantar o seguinte:

§ 2. A acusação de inovação. – Os manuais católicos romanos de história eclesiástica atiram no movimento do século XVI o labéu de inovação – *die Neuerung*. Como vicentius de Lerins encontrara na novidade um sinal quase certo de heresia, assim o cardeal Belarmino, mil anos depois, encara o Protestantismo sob esse prisma e a grande distância. Em sua resposta a Sadolet, 1538, e tendo em mente essa acusação, escreve Calvino: “Somos acusados de temerária e ímpia inovação, por termos ousado propor que absolutamente nenhuma alteração se fizesse no primitivo modo de ser da Igreja, e há pessoas que nos condenam sob o fundamento de que estamos certos no desejar mudanças, mas errados na tentativa de mudança”. A “nova doutrina” foi tida como ruim porque era nova. A acusação de inovação foi rebatida seriamente pela Confissão de Augsburgo, pela

Confissão Belga e por outras de origem protestante. Em sua *Resposta*, p. 42, Tyndale rebate do seguinte modo tal acusação: “A Igreja, dizem eles, era antes dos hereges e eles, (os adversários), eram antes de todos aqueles a quem agora chamam de heréticos e luteranos. Logo, eles são a Igreja legítima. Quero argumentar do mesmo modo. Primeiro, a Igreja verdadeira eram Moisés e Aarão, em cuja cadeira se assentaram os escribas e fariseus e sumos sacerdotes do tempo de Cristo, e eles foram antes de Cristo. E Cristo e seus Apóstolos saíram de seu meio e deles se separaram e os deixaram; logo, os escribas, fariseus e sumos sacerdotes eram a legítima Igreja de Cristo e hereges eram seus Apóstolos, e uma seita condenável, e, assim, os judeus estão ainda no caminho reto e nós no erro”.

Nestes últimos tempos o cardeal Newman, escrevendo em 1842, apresentou a novidade como uma das provas mais seguras de heresia, colocando a questão nestes termos: “Quanto aos luteranos, ou melhor, Luteranismo, considero que as marcas eclesiásticas da heresia são externas. Apresentei duas – aparecer mais tarde e ser desaprovado pelo Leste e pelo Oeste. Como uma Igreja se reconhece por suas marcas exteriores, assim acontece com a heresia”.¹ Essa feição dos ensinamentos da Reforma também foi apontada por papas recentes. Em 4 de agosto de 1874, Leão XIII se referiu aos Reformadores como “os inovadores agressivos do século XVI, que não trepidaram em filosofar sem nenhuma atenção à fé e em inventar tudo quanto lhes viesse à mente”. Em sua encíclica de 26 de maio de 1910, Pio X ridicularizou-os por tratarem a “seu motim” como restauração – *instauratio* – como se fossem restauradores da velha ordem, quando foram, de fato, apenas corruptores.

Se as tradições da Idade Média, tais como a doutrina dos sete sacramentos e da recusa do cálix aos leigos, são sagradas e definitivas, então a acusação de novidade, que foi bem feita, não é falsa; a acusação é infundada, desde que o Novo Testamento seja a Carta Magna da Igreja Cristã. No último caso, as Confissões Reformadas estão com a verdade, ao proclamarem que as crenças medievais, por elas repudiadas, não têm fundamento, constituindo invenções humanas. Os protestantes encararam o movimento do século XVI como “restauração” – palavra freqüentemente empregada pelos Reformadores – uma re-exposição do que fora ensinado por Cristo. Os líderes protestantes regressaram ao plano original da Igreja Cristã, como se acha delineado nos escritos apostólicos – e trataram de o seguir na obra de reconstrução. Esta idéia encontra expressão no título completo do livro de Lutero: *Carta à Nobreza Alemã acerca do Melhoramento das Condições Cristãs*. Os XXXIX Artigos falam das “fábulas da velha ordem, com seus enganos perigosos e coisas vãmente inventadas”. Os Reformadores tanto pensavam em dar origem a um novo sistema, como o Presidente Wilson sonhava em dar origem a uma nova Constituição dos Estados Unidos, quando defendeu a Liga das Nações. O bispo Jewel acostumou-se a falar da nova ordem como “a religião de Cristo ultimamente restaurada e, por assim dizer, erguendo-se de novo”, o que também disse Calvino. – *Apol. P. 106, de ref. eccl.*, p. 11.

Uma inovação, para que se torne condenável, precisa que antes se prove que ela é má. Um utensílio não é bom pelo fato de ser velho, nem se pode dizer que uma enxada seja melhor do que um arado; e um ensino não é mau por ser novo. No terreno religioso, como em outros terrenos, a questão primordial é indagar-se, não se um rito tem sido longamente observado ou que uma doutrina se ensinou por muito tempo, mas se o rito e a doutrina se conformam com a revelação cristã. À velha pergunta: “Onde estava tua religião antes de Lutero?” ainda se dá esta resposta: “Onde estava seu rosto antes de ser lavado”.

§ 3. A Acusação de rebelião. – O Protestantismo foi, desde o princípio, mimoseado com a pecha de rebelião contra a autoridade constituída. Se o pontífice romano

fosse na terra o governador supremo e infalível da Igreja, a Reforma teria sido um crime. Nos dias primitivos, a Reforma foi chamada tempestade, tumulto, conflagração, rebelião, sedição e de outros nomes que sugerem perversidade – Smith: Cor.1; 320, 326, 455, 501, 502. Desde o começo os Reformadores foram tratados como revolucionários, conforme se vê em Cochlaeus. Eles, de fato, o foram, e alguns modernos historiadores protestantes, como Seebohm e Walker, deram aos capítulos que versam sobre o século XVI os títulos de *A Revolução Protestante* ou *A Revolta Protestante*; mas esses historiadores não querem dizer com tais palavras que a Reforma fosse um movimento malsão. A guerra americana de 1776 foi uma revolução, mas não foi um movimento pernicioso, pelo fato de ter sido uma revolução. Foi uma revolta armada contra um regime opressivo e uma preparação para nova ordem social.. Os Reformadores protestantes destruíram e edificaram. Os pontífices romanos continuam a denominar rebelião ao Protestantismo. A rebelião luterana – *rebellio lutherana* – como se expressou Leão XIII, a 29 de junho de 1881, ao falar de príncipes e de outros chefes que usam da doutrina da assim chamada Reforma, para combater a autoridade sagrada e civil, assegurando que eles puderam em marcha “os mais violentos tumultos e audaciosas revoltas, de modo que dificilmente qual quer outro lugar terá assistido a tamanha violência popular e sangueira, como a Alemanha”. Pio X igualmente fala dos Reformadores como de um punhado de “homens orgulhosos e rebeldes” – *superbi et rebelii homines*.

Os Reformadores não se declararam em rebelião contra Cristo. A princípio eles tentaram a Reforma por meio de apelos, chamando a atenção das autoridades eclesiásticas para males incontestáveis. Somente depois que foram postos fora da lei, e mesmo assim com relutância, foi que passaram a constituir-se em grupos independentes para a prática do culto. Com muita propriedade disse Calvino que: “Quando Lutero apareceu, tocou com mão enluvada em uns poucos abusos da mais grave espécie – e fê-lo com tal modéstia, que indicava ser mais de seu agrado vê-los emendados do que ser propósito seu tomar a iniciativa de corrigi-los”. Calvino chega mais tarde a dizer que “o partido oponente recorreu às armas e julgou que a violência e a crueldade fossem o meio melhor e mais curto de suprimir a verdade”. Quando os Reformadores insistiam em discutir, recebiam ordem de silêncio e tinham como resposta decretos sanguinários. O Protestantismo foi uma revolta contra a tradição e o Direito Canônico – e um regresso ao Evangelho.

§ 4. A acusação de iconoclastia. – A terceira acusação que se faz à Reforma é a de que seu estabelecimento foi deliberadamente acompanhado de atos de destruição de objetos sagrados, até então conservados nas igrejas. O que é muito para admirar é que os homens da nova ordem se refreassem em tão alta dose, quando se lembra que eles associavam aqueles objetos a práticas que encaravam como idolátricas. Devíamos pensar somente na feroz iconoclastia dos cristãos do IV século e na destruição de templos pagãos na Síria e no Egito, antes que se tomasse a sério a acusação de sacrilégio argüida contra os protestantes. Quando, em Wittenberg, Carlstadt saiu a destruir as imagens das igrejas, Lutero imediatamente conteve o movimento, em seu regresso de Wartburg. Em Zuric, as estampas de santos e os vasos sacramentais de prata foram retirados dos santuários e devolvidos aos doadores, quando estes se podiam encontrar, tendo sido as relíquias dos santos decentemente incineradas. Em Perth, quando se quebravam as imagens, João Knox reprovou o ato, tendo-o como uma obra da “multidão desprezível”.

Usa-se do fechamento dos seiscentos mosteiros ingleses como indefectível libelo contra a Reforma, incurso ao mesmo tempo em sacrilégio e em atentado ao direito de

propriedade.² Não há dúvida de que aquele ato foi salutar para a Inglaterra. Os mosteiros foram revistados e verificou-se que eram ninhos de ociosidade e, muitos deles, de perversões sexuais. Os ocupantes desalojados foram socorridos por meio de pensões. É bem possível que, em casos isolados, alguma injustiça se tenha feito. As propriedades seqüestradas podiam ter sido divididas com maior vantagem e os lotes vendidos a homens que quisessem cultivar a terra, ou ser o produto delas empregado totalmente em melhoramentos públicos. As autoridades católicas ainda se queixam de que “a grande igreja do Estado de Inglaterra tem conservado por três séculos e meio os bens roubados aos católicos” – *Month*, 1925, p. 441. Um terço, talvez, das terras inglesas tinha, na Idade Média, gradualmente caído nas mãos de proprietários eclesiásticos. De quem originariamente proveio essa riqueza, a não ser do povo, e até onde vai o direito de uma geração, de ligar as mãos de sua sucessora? São perguntas que formula o espírito do direito moderno. Não é coisa incomum a limitação das propriedades extravagantes da Igreja: isso aconteceu na Áustria, sob José II; na Baviera e em outras partes do sul da Alemanha, depois da Paz de Viena; em França, durante a Revolução e no Piemonte, pela atuação de Cavour. Desde que se responsabilize a Reforma por atos isolados de vandalismo, do mesmo modo se poderiam lembrar atos semelhantes, como o dos condes de Northumberland e Westmoreland, no levante de 1569-73, que queimaram Bíblias e saquearam as casas dos novos clérigos de Durham, e o dos jesuítas, quando, na boêmia, fizeram fogueiras de livros hussitas, ou os atos da Inquisição romana, queimando na Itália todos os livros evangélicos sobre que deitaram as unhas.

§ 5, o Protestantismo e o alegado libertinismo. – Os Reformadores foram acusados pelo Concílio de Trento de estimularem, sob o pretexto de restauração do Evangelho, a licença carnal. Leão XIII, no terceiro centenário de Pedro Canisius, em 1897, declarou, como já havia feito antes, que a Reforma significava a ruína da moral e afirmou que as multidões que haviam deixado a fê católica o fizeram por nenhum outro motivo que não fosse a licenciosidade. Embora o Vaticano não tivesse exibido, na primeira metade do século XVI, um só exemplo de elevada virtude, os papas reinantes e os escritores da época trataram, todavia, a quebra dos votos sacerdotais do celibato, na Europa Central e do Norte, como singular torpeza, sendo que o mesmo tratamento recebe o assunto nas discussões católicas de hoje. O casamento de Lutero foi tratado como sacrílego e o auxílio por ele prestado às freiras de Torgau, para que fugissem do convento, tem-se considerado como crime profano. Um famoso motejo de Erasmo corre, segundo o qual a Reforma foi metade comédia e metade tragédia, que usualmente acaba em casamento de monge e freira. Erasmo se habituara a pilheriar. Entretanto ele próprio havia sido dispensado da guarda dos votos monásticos. Não se fizeram acusações aos ex-sacerdotes, de infidelidade ao lar depois do matrimônio. Zwinglio, sobre cuja incontinência como sacerdote muito se tem arquitetado, foi bastante homem para desposar Ana Reinhardt, com quem tivera relações ilícitas. Qual seria a conduta mais honrosa: a de Zwinglio e dos sacerdotes que preferiram casar-se, ou os hábitos dos sacerdotes que secretamente violavam a lei de continência? O Deão Colet fala de clérigos ingleses que se passavam diretamente dos braços das meretrizes para o altar das igrejas. Que seria melhor: Lutero, com seu lar em Wittenberg, ou Clemente VII levando consigo a amante para Marselha; Rogers, Deão da Igreja de S. Paulo, com a esposa e os filhos juntos de si, no púlpito, - ou os escândalos do Vaticano, sob o reinado de Paulo III, seu contemporâneo, com seus filhos e netos a formarem filas no palácio papal? Longe de dar lugar à libertinagem, a Reforma teve em vista suprimir o mal social e fechar lupanares.

Em Strasburgo se fizeram esforços para garantir emprego às decaídas ou lhes assegurar amparo. Em 1546, fecharam-se em Londres as casas mal reputadas. O mesmo, deve-se dizer, foi feito em Roma durante a reforma de Paulo IV, em 1556; mas a diminuição de rendas acarretadas pelo êxodo de 25.000 mulheres e seus dependentes, induziu o papa, segundo se diz, a permitir-lhes o regresso. Sob o bem intencionado, embora severo regime de Calvino, Genebra adquiriu fama de centro moralizado.³

Suponha-se que comparemos Lutero com Sir Thomas More. O alemão deixou cartas modelares endereçadas à esposa, Catarina de Bora. More, em sua “Utopia”, permite aos maridos castigarem a esposa e nu epigrama sugeriu que, embora a mulher fosse um fardo pesado, ela podia ser “suficientemente útil para morrer em boa oportunidade e deixar dinheiro a seu marido”. O movimentado incidente da filha de More, Maria Roper, abraçando e beijando o pai a caminho do cepo, é digno de ser referido como exemplo de afeição filial e como tributo à educação do pai. Entretanto, o chanceler inglês esperou apenas um mês, após o falecimento de sua primeira esposa, para se casar segunda vez. Sir Thomas More voltou à carga repetidas vezes, acusando os Reformadores de licenciosidade. “Frei Lutero” – escreveu ele – “vede-o saltando da religião e recaindo na carniça sensual, vivendo em devassidão com uma freira, sob o nome de casamento; e todos os principais chefes deles, outrora monges e frades e agora apóstatas, vivendo com meretrizes disfarçadas em esposas. O frade que desposa uma freira torna claro ao entendimento que sua doutrina não presta”. Comparem-se estas palavras com as de Colet, já citadas, e observem-se as relações domésticas do cardeal Wolsey, assim como as de Cranmer, antes que este adotasse o novo caminho.

Até a propósito do moderno excesso de bebidas se tem acusado a Reforma, como uma de suas legítimas conseqüências. Um recente colaborador do *Amer. Cath. Quarterly*, de janeiro de 1921, esforça-se por concluir que a embriagues e o alcoolismo eram, na Inglaterra, devidos à Reforma, citando como prova a legislação contra eles sob Eduardo VI. O cardeal Damiani, em sua *Sodoma e Gomorrah*, escrevendo vários séculos antes que Lutero e Calvino aparecessem – e durante os chamados Tempos de Fé – usou da linguagem mais incisiva para acusar o clero da Itália de excessiva bebedice, assim como de baixa moral. Há, finalmente, uma acusação, que é impossível fazer-se ao Protestantismo. A Reforma Protestante não fomentou o peditório. Desde o dia de seus primeiros escritos, Lutero vibrou sérios golpes naquele hábito.

§ 6. Prejudicada uma Reforma metódica. – A Reforma é acusada de haver interrompido abruptamente uma corrente metódica de reforma, em processo na Igreja, na primeira parte do século XVI. Entre as mais notáveis tentativas de provar aquela tese, figuram as obras de Janssen, na Alemanha, e os escritos do cardeal Gasquet, na Inglaterra. Alega-se que se tornavam cada vez mais evidentes os sinais de tal movimento. Bastante se disse já, em capítulo precedente, sobre a corrupção da Igreja e da sociedade; e o insucesso de todas as tentativas heróicas de reforma mostra que a proposição não se baseia em fatos históricos. O que poderia ter acontecido se não surgisse Lutero, é assunto apenas de conjecturas. É possível que a Grã-Bretanha, no decorrer dos anos, houvesse dado liberdade às colônias americanas, já por lhes permitir representação parlamentar, já por lhes conceder independência. Como fato positivo, as colônias americanas pegaram em armas, não sem que primeiro formulassem apelos e protestos junto ao governo inglês. Mais de uma geração após haver Lutero começado sua obra, convocou-se o Concílio de Trento, justamente com objetivos não só de extirpar a heresia, mas de introduzir reformas na antiga organização da

Igreja. O historiador da Renascença, Burckhart, expressou a opinião de que, “sem a Reforma, todo o Estado Eclesiástico teria de há muito passado para as mãos seculares”. Nenhuma reforma era possível sem o apoio do Vaticano e o Vaticano não demonstrou nenhuma disposição para reformas, até o começo do pontificado de Paulo IV.

§ 7. A unidade da Igreja quebrada. – A mais popular acusação argüida contra a Reforma é, talvez, depois da depravação dos Reformadores, a de que ela quebrou a chamada unidade da Igreja e dividiu a Cristandade Ocidental. A resposta a essa acusação envolve a definição da Igreja, assunto que será ventilado depois. A unidade da Igreja consiste na obediência ao pontífice romano ou consiste na obediência a Cristo? É a Igreja um conjunto de pessoas que encaram Roma como a sede da autoridade cristã, ou é um conjunto de pessoas que encontram a vontade de Deus suficientemente expressa nas Escrituras e procuram seguir-lhes os ensinamentos?

§ 8. O caso de Henrique VIII. – É praxe desacreditar-se a Reforma Inglesa e, com ela, todo o movimento do Protestantismo, mediante a afirmação de ter sido Henrique VIII o “fundador da Igreja Inglesa”. O caso, segundo a versão dos polemistas romanos, pode ser exposto nas palavras do bispo Spalding – 2:66: “Henrique VIII foi o verdadeiro pai da Reforma Inglesa, obra caracteristicamente sua, modelada pela sua real vontade e feita à sua própria imagem e semelhança. Este fato é incontestável. A não ser por meio dele, não teria havido reforma na Inglaterra”. A mesma opinião expressa, em linguagem mais ou menos modificada, o cardeal Gibbons. A apreciação perverte o fato histórico e está tão longe da verdade, como se o autor atribuísse às extravagâncias da rainha, esposa de Luís XVI, a responsabilidade pela Revolução Francesa. Os Protestantes não podem compreender como os escândalos domésticos de Henrique VIII tivessem qualquer conexão vital com o Protestantismo inglês. O rei era um católico romano recalcitrante e não um reformador religioso.

Os fatos são estes: Henrique, por arranjo de seu pai, desposou Catarina de Espanha, viúva de seu irmão Artur. O casamento, que se efetuou com violação do Direito Canônico, foi legalizado por dispensa cedida por Júlio II. O casal não teve filho varão que sobrevivesse. Por intermédio do cardeal Wolsey, Henrique pleiteou junto de Clemente VII um escrito de divórcio. Homem de moral fácil, Clemente estava inteiramente pronto a consentir que Henrique tivesse ou viesse a ter amantes, e várias vezes mandara dizer ao rei que não tivesse escrúpulo em tomar uma segunda esposa. Os príncipes, como observa Pollard, “Têm sido estigmatizados como filhos da perdição e filhos da iniquidade, não porquê seja má a sua conduta, mas por enveredarem pelo caminho da ambição papal”. Estando o papa acima do Direito Canônico, a solução dos negócios matrimoniais de Henrique era, para Clemente, questão de mero expediente político. O imperador Carlos V era sobrinho de Catarina e era soberano mais poderoso que do que o rei da Inglaterra. Quando Carlos, em 1539, derrotou o rei de França, Clemente, cuja política consistia em pender para o lado mais forte, celebrou um tratado com o vencedor, nele se incluindo uma cláusula segundo a qual a Henrique não seria concedido divórcio. Apoiado pelas decisões da universidade de Paris e outras, Henrique desafiou o papa, repudiou Catarina e desposou Ana Boleyn. Prossequindo no desafio, promulgou, em 1534, o Ato de Supremacia, pelo qual a Inglaterra se tornava livre da jurisdição do bispo de Roma, sendo o rei, “o supremo chefe, na terra, da Igreja da Inglaterra, chamada *anglicana ecclesia*”. A religião nada tinha a ver com o rompimento. Henrique havia sido filho devotado da Igreja. Fora dos primeiros

a escrever contra Lutero, tendo enviado ao papa um exemplar de seu livro encadernado de ouro. Por duas vezes recebera de Roma o alto título de Defensor da fé. Suprimindo os mosteiros, ele o fez, não porque fosse protestante, mas no caráter de voluntarioso católico romano. O último pronunciamento de seu reinado – os VI artigos, apelidados *chicote de seis látigos* – declara encarniçada guerra às novas doutrinas, punindo a negação primária da transubstanciação com pena de morte. Henrique tanto possuía de protestante como possuiria de cristão o maometano que lançasse fora o turbante.

O Protestantismo da Inglaterra não proveio do rei dos Ingleses. Já estava na Inglaterra uma dúzia de anos antes das aventuras matrimoniais de Henrique. Proveio de Barnes, Frith, Tyndale, Bilney, Cranmer, Latimer e outros de semelhante espírito. Por meio de seus livros, traduções da Bíblia e sofrimentos, esses homens deram testemunho da nova ordem e promoveram-na. O cardeal Gibbons, p. 27, coloca Henrique VIII na mesma classe dos Reformadores, como se os intuits daquele e os deste fossem os mesmos e a vida íntima de um e de outro estivesse no mesmo nível. Depois de haver entoado os louvores de “Santo Inácio de Loiola, Santo Afonso” e outros santos do calendário romano, exclama o cardeal: “Como comparar Lutero e Calvino e Zwinglio e Henrique VIII a esses genuínos e santos reformadores, tanto no que se refere a seus caracteres morais como nos frutos de seus trabalhos? A vida particular daqueles pseudo-reformadores foi estigmatizada pela crueldade, rapina, licenciosidade e, em consequência de sua propaganda, a história registra guerras civis e derramamento de sangue, e lutas religiosas encarniçadas, e o desmembramento do Cristianismo num milhar de seitas”. Como se os países protestantes, como a Inglaterra e os Estados Unidos, fossem mais estigmatizados pela culpa de guerras e licença do que os países católicos espalhados pelo mundo em fora, ou em seu próprio hemisfério!

§ 9. A pretensa desilusão dos Reformadores. – Ainda outra acusação se faz ao Protestantismo, com o fundamento de que, nos derradeiros dias, Lutero pronunciou palavras que indicavam ter a Reforma falhado. Muito se arquetou com várias passagens contidas em suas últimas cartas. As meninas de Wittenberg, notava o Reformador, estavam usando cintos baixos e os meninos, mesmo o filho de Melanchthon, estavam contratando casamento sem licença de seus pais. A geração mais nova estava “criando asas”, disse ele; e os pais estavam alarmando-se com o procedimento de seus filhos nas universidades. Poucos meses antes de sua morte, Lutero escreveu à esposa “que não havia ninguém que pudesse punir ou corrigir aqueles excessos e que a Palavra de Deus estava sendo desprezada”. Ele disse também que nos tempos antigos a pregação era melhor e o povo mais generoso ao praticar a caridade. Lutero, como tanta gente boa, tinha suas manias. A observações tão extemporâneas quanto aquelas pode-se replicar que é universal experiência dos estadistas, chegados ao fim da carreira, mostrarem-se descontentes com o desdobramento de sua política; dos pais, descontentarem-se com os hábitos dos filhos, transformados em homens e mulheres; e dos eclesiásticos e reformadores da moral, chegarem ao fim da tarefa e, olhando para trás, terem momentos de desânimo. Ao fim de sua carreira, Lutero padecia de um conjunto de doenças. A Reforma não realizara tudo que ele e outros haviam esperado. O trono papal estava ocupado por Paulo III. A Alemanha se achava dividida e o grito de guerra havia partido do papa. Mesmo João Batista, que havia visto a Jesus e tinha-o apontado como o cordeiro de Deus, deixou-se tocar pelo desânimo e, em tal estado, enviou os discípulos a perguntarem > “És tu o que devia vir, ou devemos esperar por outro?” Adriano IV, único papa de nacionalidade inglesa, declarou que o papado – que deve ser

DAVID S. SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

uma boa coisa – era como um pingo de mel numa taça de vinagre e que dificilmente tinha tido um só dia de contentamento, durante o tempo em que exerceu o ofício. Para chegarmos aos tempos modernos, os descendentes imediatos de nossos Puritanos da Nova Inglaterra deram guarida ao desapontamento, e seus líderes chegaram a temer que a Nova Inglaterra fosse “paganizada”. Como compensação ao suposto testemunho desfavorável de Lutero, quanto aos resultados do movimento da Reforma, devem ser evocadas as palavras evocadas por ele à hora da morte. Quando lhe foi perguntado se continuava firme no Evangelho que havia pregado, respondeu: “Sim”. Como compensação, as experiências de Calvino, em seus últimos dias, com os sínodos e ministros de Genebra, poderiam ser aduzidas, assim como se poderia a descrição das últimas horas de Knox, escrita por Calvino.

As acusações de rebelião, novidade, quebra da chamada unidade da Igreja ou a pretensa desilusão dos principais Reformadores, não invalidam os méritos do Protestantismo, como a defecção de Voltaire e Rousseau, educados na Igreja Romana, não diminui os méritos do Catolicismo Romano. O Cristianismo Protestante permanece ou cai, na medida em que concorde com os princípios cristãos expressos nas Escrituras.

Bibliografia e Notas

1- p. 116. Newman, 10 de fev. de 1842, no vol. Birmingham Oratory.

2- p. 118. Quando a convenção da diocese Episcopal de Long Isl. Enviou, em 1922, uma delegação ao superintendente das escolas de N. Y. City, para dizer que Henrique VIII não fora o fundador da Igreja Anglicana, “America” de 10 de junho ridicularizou aquele ato como “a solene resolução que podia ser juntamente apreciada como notável, por cruelmente roubar a Henrique VIII sua coroa de glória... Henrique não deu início à Igreja da Inglaterra! Ó! Que memória curta têm os ingratos beneficiários! Se não foi sua Majestade, quem no mundo o realizou?”

3- p. 120. O’Hare, p. 275, fala de Calvino como “vingativo e licencioso aliado (de Lutero), que desenvolveu o horrível sistema de absoluta predestinação, sendo que Satanás dificilmente poderia formular um dogma mais adequado a insultar a Deus e a enganar as almas.” O card. Gibbons, p. 28, insinua que os Reformadores “seriam saudados como verdadeiros soldados da cruz se, em lugar de sancionarem a rebelião, tivessem declarado guerra às próprias paixões”.